

Momentos marcantes do estudo da linguagem: da conversação ao hipertexto

Sérsi Bardari

Como teria surgido a linguagem no mundo dos homens? Como teria o ser humano desenvolvido a capacidade de se comunicar, de trocar idéias, de expressar seu pensamento? Há muito que estudiosos de diversas áreas das Ciências Humanas tentam responder a essas perguntas. E a noção geral que se tem é a de que a fala teria emergido em decorrência da atividade social.

Sabe-se que, para sobreviver, os organismos vivos precisam desempenhar algumas atividades de modo a garantir, essencialmente, condições de nutrição, reprodução e de proteção do perigo. Sabe-se também que essas condições só podem ser obtidas a partir do conhecimento, mínimo que seja, do meio ambiente em que se vive. Nas espécies animais, as atividades estão sempre associadas a processos de cooperação.

Tome-se, por exemplo, a comunidade das abelhas: em uma colmeia verifica-se uma verdadeira hierarquia de funções que visa a preservar a coletividade. Há as mensageiras, as camponesas, as operárias, as babás, os zangões, a rainha, enfim, há toda uma divisão de tarefas e uma organização de atividades voltadas para a obtenção dos meios de subsistência, que não podem prescindir de algum de tipo de comunicação.

Na espécie humana, as formas de atividade e de organização desenvolveram-se de maneira tão diversa e complexa justamente porque deram origem à linguagem. A diferença entre a linguagem dos homens e a dos outros animais parece estar na capacidade que os primeiros têm de negociar sobre as atividades que desempenham. Nas demais espécies, o conhecimento dos indivíduos a respeito do meio ambiente e do outro inclui a capacidade de reagir ao sinal que emitem. Porém, não há aquilo que entre os homens se convencionou chamar de “conversação”.

E como surgiu a conversação? Acredita-se que o homem, por ter criado e desenvolvido instrumentos que ampliaram sua capacidade de ação, passou a sentir a necessidade de discutir com seus semelhantes a respeito da divisão das tarefas no interior de uma comunidade. Ou seja, era preciso estabelecer que atividade caberia a este ou àquele indivíduo, de posse deste ou daquele instrumento. Não é difícil imaginar que essa distribuição de funções gerasse controvérsias no seio da coletividade e que, para se chegar a um acordo, fosse preciso negociar.

Ao explicar o surgimento da linguagem humana, Jean-Paul Bronckart¹ esclarece:

[...] as produções sonoras originais teriam sido motivadas por essa **necessidade de acordo**; no início, temporal e deitivamente associadas às intervenções sobre os objetos, teriam se constituído, para os congêneres, em **pretensões concretas à designação** dessas mesmas intervenções. Pretensões contestáveis e inevitavelmente contestadas pelos congêneres, que teriam associado outros sons a essas intervenções. A linguagem propriamente dita teria então emergido, sob o efeito de uma negociação prática (ou inconsciente) das pretensões à validade designativa das produções sonoras dos membros de um grupo envolvidos em uma mesma atividade.

Dito de outra forma, havia no início a necessidade de referir-se aos próprios instrumentos que o homem havia criado. Em seguida, era preciso criar formas para transmitir as intenções relativas à organização das atividades. Pode-se dizer, de maneira geral, que os seres humanos criaram a linguagem para tentar se entender no trabalho. Porém, os estudos arqueológicos das formas escritas estão longe de fornecer respostas definitivas sobre a origem da linguagem. Os métodos de reconstrução do passado linguístico², tais como a decifração dos hieróglifos egípcios, das inscrições cuneiformes, das epígrafes dos povos da Ásia Menor ou dos Etruscos, entre outros, apontam para duas hipóteses. De acordo com a primeira, a linguagem teria sido desenvolvida de forma lenta, gradual e trabalhosa, passando por diversos estágios até se transformar no sistema complexo de significação e de comunicação que é hoje. A segunda admite a existência da linguagem como um sistema completo, com todas as funções que tem atualmente, desde que o homem existe.

Seja qual for a concepção adotada, o fato é que o estudo da linguagem é um dos principais meios de acesso à cultura das sociedades “primitivas”, como explica Julia Kristeva³:

Analisando as diferentes formas sob as quais ela [a linguagem] se apresenta, as suas regras internas, tal como a consciência que delas têm os diversos povos (nos seus mitos e nas suas contradições), a antropologia fundamenta e alarga o seu conhecimento sobre as sociedades ditas selvagens.

¹ *Atividade de linguagem, texto e discursos*: por um interacionismo sócio-dicursivo. São Paulo, EDUC, 1999, p.33.

² “[...] na medida do possível, exceto no que concerne ao século XIX, é preciso evitar empregar o substantivo *linguístico*, conquanto possamos usar o adjetivo, tomado em seu sentido geral de que concerne à linguagem.” AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. São Paulo: UNICAMP, 1992, pp.13-4.

³ *História da linguagem*. Lisboa: Edições 70, 1969, p.67.

A escrita

Também o conhecimento que se tem sobre a história das civilizações é legado pela linguagem. O modo de vida dos antigos egípcios, por exemplo, só foi mais plenamente revelado a partir do momento em que o linguista francês Jean-François Champollion (1790-1832) decifrou os hieróglifos da pedra da Roseta, em cuja superfície estavam gravados três tipos de escrita: a egípcia, a grega e a demótica. Sabe-se também que a civilização mesopotâmica de 2300 anos antes da era cristã desenvolveu a chamada escrita *cuneiforme*, gravada em tabuinhas de argila, que influenciou fortemente a criação dos signos linguísticos. De puramente ideográfica, nos primeiros estágios, a escrita dos Sumérios e dos Acádios evoluiu para o alfabetismo. A prática de escrita desses povos desempenhava, além de uma função predominantemente mágica e religiosa, um papel econômico e social de grande relevância. Assim como ocorria no Egito, aqueles que estavam habilitados a escrever, os escribas, gozavam de muito prestígio nessas sociedades.

Na China, as mais antigas manifestações escritas surgem sob a forma pictográfica, representação esquemática, estilizada e convencional de objetos concretos. Com o passar do tempo, símbolos indiretos e indicativos juntaram-se a essas formas pictográficas, dando origem ao complexo sistema linguístico chinês da atualidade. Base diferente teve a língua indiana, em cuja gênese encontra-se o abstracionismo. Ao sair da representação pictórica para um modo de funcionamento fonético, a escrita na Índia passa a caracterizar-se como sistema significante, em que o sujeito é o lugar por excelência do sentido. Surgem então teorias a respeito do sentido, do simbolismo, do sujeito, que acabaram por influenciar estudos posteriores na área das ciências da linguagem.

Com relação à escrita alfabética utilizada pela maior parte dos países do mundo, a exceção dos do Extremo Oriente, considera-se o fenício o antecessor do alfabeto moderno. A informação é apresentada por Julia Kristeva⁴.

Os mais antigos documentos que atestam o alfabeto fonético arcaico datam dos séculos XIII-XI antes da nossa era e foram encontrados nas inscrições da cidade de Byblos, que foi uma encruzilhada de populações entre a Síria e o Egito. Sem podermos precisar exatamente a data do aparecimento dessa escrita, podemos verificar que não é ideográfica e que não possui caracteres determinativos. Marca a cadeia sonora e decompõe-se em elementos mínimos.

⁴ *Ibidem*, p.116.

Já entre os hebreus, não se verificou o desenvolvimento de uma ciência linguística que se comparasse com as da Índia e da China. No entanto, é possível encontrar na Bíblia inúmeras referências à linguagem. Como ilustração, basta lembrar que a própria criação é um ato de fala. “Haja luz”, enuncia Deus, “E houve luz”, lê-se no Gênesis. Outros mitos bíblicos relacionados à palavra são o da Torre de Babel, segundo o qual o poder unificador da linguagem é destruído como forma de punição, e o dos Dez Mandamentos, que representam as leis de Deus. Também na Cabala, sistema hebraico religioso e filosófico, a linguagem é compreendida como meio de acesso a poderes espirituais. Segundo a doutrina, as letras do alfabeto hebreu configuram-se como objeto de meditação que permite ao sujeito comunicação com Deus, da mesma forma como ocorre com os mantras nas práticas dos iogues indianos.

A gramática

Foi a filosofia grega, no entanto, que estabeleceu as bases do raciocínio fundamental segundo o qual a linguagem é pensada até a atualidade. Apenas muito recentemente as teorias relacionadas à construção do significado por meio da linguagem verbal vêm se afastando das noções clássicas herdadas da Grécia Antiga. Depois dos fenícios, os gregos foram os primeiros a empregarem a escrita alfabética. Entre os filósofos daquela civilização, já estava presente a ideia da materialidade linguística. Eles consideravam as letras como átomos fônicos, noção que evoluiu para o que se entende hoje por “imagem acústica” formada pelas palavras. A linguagem passou então a ser compreendida como um sistema formal, distinto do “real” significado por ela e constituindo um objeto de conhecimento particular. É a partir dessa concepção de linguagem que surge, entre outras manifestações, a teoria fonética (ainda hoje empregada nas práticas de alfabetização, em contrapartida com o método construtivista) e a constituição da gramática como a “arte de bem escrever”. Sob o domínio inicial da filosofia e da lógica, é em Alexandria que se desenvolve uma gramática inteiramente orientada para a linguagem, definitivamente como objeto organizado em si.

Com a ascensão do Império Romano e a difusão do latim, os estudiosos romanos, preocupados em sistematizar seus conhecimentos linguísticos, limitaram-se a transpor as teorias e as classificações gregas às necessidades da língua latina. Com o declínio de Roma, tal como havia ocorrido com o declínio da Grécia, muito se cogitou sobre o estudo da linguagem como objeto em si voltado para a finalidade de ensino de língua. Paulatinamente, no entanto, as gramáticas latinas haviam evoluído até atingirem o apogeu com Prisciano, cuja obra se tornou modelo para os gramáticos de toda a Idade Média feudalista.

Pouco depois do ano 1300 d.C., a maioria das instituições e das ideias características da época feudal começavam a decair. Chegava ao fim o tempo das catedrais góticas, da filosofia escolástica, do coletivismo e das interpretações religiosas e éticas da vida. Surgia, então, a civilização que se convencionou chamar de Renascença, caracterizada por ideais como o individualismo, o naturalismo, o hedonismo e o humanismo. Muito mais do que a um reviver das culturas grega e romana, a humanidade daquele momento assistiu a uma revolução dos costumes, provocada por inúmeras novas realizações no campo da arte, da literatura, da ciência, da filosofia, da política, da educação e da religião. Embora baseados nos fundamentos clássicos, os progressos renascentistas não tardaram a expandir-se para além dos limites da influência da Grécia e de Roma. E, sob esse aspecto, o avanço do conhecimento linguístico não é exceção.

Já no final da Idade Média, Dante Alighieri (1265-1321), em *De vulgari eloquentia*, além de advogar o uso do vernáculo, ataca o latim, que ele considerava língua artificial, dado a sua utilização quase que exclusivamente oficial e elitista. O poeta é também o primeiro a verificar e a afirmar a origem comum do *italiano*, do *espanhol* e do *provençal*. Dali por diante, de acordo com Julia Kristeva⁵, surge um novo elemento na concepção da linguagem. “À defesa das línguas nacionais que se observava desde o século X acrescenta-se a preocupação de elaborar gramáticas apropriadas às suas especificidades.”

É, porém, no Renascimento que o interesse linguístico orienta-se definitivamente para o estudo das línguas modernas, quando tem início o processo que Sylvain Auroux⁶ chama de *gramatização*, ou seja, aquele que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda atualmente os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário.

Para Auroux⁷, “o processo de *gramatização* mudou profundamente a ecologia da comunicação humana e deu ao Ocidente um meio de conhecimento / dominação sobre as outras culturas do planeta”. Não por acaso, a gramatização dos vernáculos (não só europeus) é contemporânea da exploração de outros continentes (África, América, Ásia) e da colonização progressiva de territórios imensos pelos países da Europa. Várias são as causas do processo de gramatização apontadas por Auroux. A primeira, localizada nos contextos em que já existia uma tradição linguista, seria a necessidade de aprendizagem de uma língua estrangeira, suscetível ainda a vários interesses práticos, tais como acesso a uma língua de administração, acesso a um corpus de textos sagrados, acesso a uma língua de cultura, relações comerciais e

⁵ *Ibidem*, p.167.

⁶ *Op. cit.*, p.65.

⁷ *Ibidem*, pp.8-9.

políticas, viagens (expedições militares, explorações), implantação / exportação de uma doutrina religiosa, colonização. A segunda causa da gramatização é apontada pelo autor como aquela que concerne essencialmente à política de uma língua dada. É suscetível de afetar a língua materna e pode se reduzir a dois interesses: organizar e regular uma língua literária e desenvolver uma política de expansão linguística de uso interno ou externo.

Independentemente das causas do processo de gramatização, é preciso ressaltar as concepções linguísticas que estiveram em vigor durante o Renascimento. Embora naquela época as bases do latim como língua mãe estivessem já abaladas, são ainda as gramáticas latinas que vão subsidiar o desenvolvimento de teorias específicas para as línguas vulgares. De acordo com Julia Kristeva⁸, “o latim continua a ser o molde segundo o qual todos os outros idiomas são pensados, mas já não é o único.” A orientação do estudo gramatical para línguas como o hebreu ou para línguas modernas coloca o estudioso frente a particularidades linguísticas (ausência de caso, ordem das palavras, etc.) cuja explicação devia modificar sensivelmente o próprio raciocínio linguístico.

Por outro lado, o alargamento do campo linguístico intensificou as buscas de informações históricas sobre a origem das línguas, fazendo nascer a esse respeito teorias fantasistas que intencionavam demonstrar o valor dos vernáculos comparados com os méritos de línguas consideradas perfeitas como o grego e o latim. Com o mesmo objetivo, renasce nessa época o interesse pela retórica.

Mas, ainda segundo Kristeva⁹, “o que sem dúvida marca mais profundamente a *concepção* da linguagem é que durante o Renascimento ela se torna – e de modo agora generalizado – objeto de *ensino*”. Os estudos linguísticos orientam-se pelo empirismo, voltados mais para os fatos, para o uso, e ocupando-se muito pouco da teoria. “Na dialética desse processo entre *objeto a ensinar* e *método de ensino*, esse último acabou por modelar aquilo que inicialmente se propunha a conhecer.”¹⁰

Dessa opinião, entretanto, não compartilha Auroux¹¹, para quem, qualquer que tenha sido a importância dos interesses culturais, políticos e econômicos em jogo, tanto para o nascimento quanto para o desenvolvimento da gramática, a característica essencial desta “é ser determinada, bem rápido e essencialmente, por um interesse de conhecer”. Justifica sua posição alegando que a separação entre teoria e técnica é própria da tradição ocidental, adquirida desde a existência da gramática, e vai além ao afirmar que regras gramaticais

⁸ *Op. cit.*, p.168.

⁹ *Ibidem*, p.170

¹⁰ *Id. Ibidem*.

¹¹ *Op. cit.* p.30

podem ser encaradas como prescrições que não possuem nenhum valor de verdade ou como descrições.

É fácil passar do primeiro para o segundo tipo de formulação, o que explica que nunca existe, entre uma série de gramáticas prescritivas e uma outra série de gramáticas descritivas da mesma língua, a absoluta solução de continuidade que aí vê a historiografia tradicional: um certo saber se conserva sempre. Toda gramática equivale pois a um *corpus* (mais ou menos explícito) de afirmações suscetíveis de serem verdadeiras ou falsas. É por aí que ela é uma descrição linguística.¹²

A Linguística

Polêmica à parte, o fato é que a gramática, durante o Renascimento, se torna simultaneamente uma técnica pedagógica de aprendizagem das línguas e um meio de descrevê-las, concepções que irão perdurar até o século XVIII, quando surge a Filologia. Embora já existisse uma corrente de estudos filológicos em Alexandria, o termo vinculou-se definitivamente ao movimento criado pelo filósofo alemão Friedrich August Wolf a partir de 1777. Porém, a Filologia não tem na língua seu objeto único de estudo, ocupa-se antes de tudo a fixar, interpretar e comentar textos e, para tanto, utiliza a crítica como método. Passo importante para o surgimento da ciência cujo único e verdadeiro objeto se constitui em torno dos fatos da língua ocorreu no início do século XIX, quando se descobriu que as línguas podiam ser comparadas entre si. Assim, a Linguística propriamente dita nasceu dos estudos comparativos das línguas românicas com as línguas germânicas.

Grande avanço dos estudos linguísticos ocorreu na passagem do século XIX para o XX, por contribuição do linguista suíço Ferdinand de Saussure. Suas idéias a respeito “do *valor relacional* dos elementos linguísticos, da auto-suficiência do sistema, da necessidade de se dissociar uma *linguística dos estados* (sincrônica) do âmbito da *linguística evolutiva* (diacrônica), da natureza do signo e da distinção *langue / parole*”¹³, apresentadas em seu *Cours de Linguistique Générale*, fundam a linguística estrutural clássica. Posteriormente, na década de 1950, os estudos de Saussure receberiam como acréscimo o conceito de *norma*, proposto pelo linguista romeno Eugenio Coseriu.

¹² *Ibidem*, p.68

¹³ LOPES, Edward. *Fundamentos da linguística contemporânea*. 14.ed., São Paulo: Cultrix, 1995, p.73.

A concepção estruturalística da língua como sistema, a partir da qual estudar um determinado idioma é conhecer as estruturas linguísticas e as normas gramaticais desse idioma, esteve com exclusividade na base das metodologias de ensino de línguas até meados do século XX. De lá para cá, os estudos linguísticos diversificaram-se em diferentes disciplinas a cujo conjunto se convencionou chamar Ciências da Linguagem. Essa diversificação tornou-se possível a partir do surgimento de uma nova concepção de língua à qual se daria o nome de *discurso*.

O discurso

Com base lançada pelos formalistas russos, os estudos decorrentes da concepção de língua como discurso operam com o texto, buscando nele uma lógica de encadeamento para além das frases. Nessa linha, duas perspectivas de investigação teórica abrem-se desde então: uma que entende as questões relativas ao discurso como uma extensão da Linguística, ou seja, relacionadas com o estudo da estrutura do “texto nele mesmo e por ele mesmo”, linha essa representada pelo estudioso americano Zellig Harris; outra que teve como precursores os trabalhos sobre enunciação do russo Roman Jakobson, do francês Émile Benveniste, entre outros.

O pensamento americano abriu espaço para o surgimento de disciplinas como a Sociolinguística, cuja contribuição é a de que se deve observar o uso atual da linguagem, e a Pragmática, para a qual a linguagem em uso deve ser estudada em termos dos atos de fala. Já os trabalhos de Benveniste, ao demarcarem o papel relevante que o sujeito enunciador tem nas reflexões a respeito do modo como a língua constrói significados, dão início à perspectiva teórica de investigação conhecida hoje como Análise de Discurso de linha francesa, conforme divulgada por Eni Orlandi¹⁴.

Levando em conta o homem na sua história, [a Análise de Discurso] considera os processos e as condições de produção da linguagem, pela análise da relação estabelecida pela língua com os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer. Desse modo, para encontrar as regularidades da linguagem em sua produção, o analista de discurso relaciona a linguagem à sua exterioridade.

Outro ramo da ciência da linguagem a ganhar força a partir da segunda metade do século XX foi o da Linguística Textual. Começou a desenvolver-se na Europa, de modo

¹⁴ *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 4.ed., Campinas: Pontes, 2002, p. 16.

especial na Alemanha. O termo *linguística textual*, com o sentido que lhe é atribuído atualmente, foi empregado pela primeira vez na década de 1960 por Harald Weinrich. Depois dele, despontam muitos estudos sobre a matéria, empreendidos por vários pesquisadores. Como resultados dessas investigações, surgem as chamadas gramáticas textuais, que têm subsidiado sobremaneira o ensino de língua materna atualmente no Brasil. Partindo do conceito que o texto é um todo de significado e, portanto, um signo linguístico primário e global, a linguística textual foi criada para que, por meio dela, se pudesse debruçar sobre as lacunas das gramáticas de frases no tratamento de fenômenos tais como os que seguem, apontados por Leonor Lopes Fávero e Ingedore G. Villaça Koch¹⁵:

[...] a correferência, a pronominalização, a seleção de artigos (definido ou indefinido), a ordem das palavras no enunciado, a relação tópico-comentário, a entoação, as relações entre sentenças não ligadas por conjunções, a concordância dos tempos verbais e vários que só podem ser devidamente explicados em termos de texto ou, então, com referência a um contexto situacional.

O conceito de texto como signo global, associado às concepções do interacionismo social herdadas do psicólogo russo Lev Semenovich Vygotsky, também deu margem ao surgimento nos anos 1990, especialmente na Bélgica, às propostas voltadas para um interacionismo sócio-discursivo, que defende uma relação de “interdependência entre as produções de linguagem e seu contexto acional e social”¹⁶. Nesse campo, a atividade de linguagem só pode ser estudada e compreendida levando-se em consideração as condições de produção do texto, de cujos elementos fazem parte as representações que se tem dos papéis sociais dos interlocutores, do local social, dos meios de circulação, do tempo e do espaço. São adotados os conceitos de *gênero de texto* e *tipo de discurso*. Nesse caso, os gêneros são como *formas comunicativas* postas em correspondência com as unidades psicológicas que são as ações linguagem, enquanto os tipos de discurso são considerados como *formas linguísticas* mais específicas que entram na composição dos gêneros.

Mas a diversificação das ciências da linguagem não pára por aí. Não foram tratadas aqui, por exemplo, a Psicolinguística, estudo científico dos comportamentos verbais em seus aspectos psicológicos; a Semiótica, em suas duas linhas principais, uma desenvolvida por A. J. Greimas e outra por Charles Sanders Peirce, voltadas para o estudo da significação; as teorias de leitura e recepção, entre tantas outras importantes, que se constituem por si só em vastos campos de pesquisa a respeito das ações de linguagem.

¹⁵ *Linguística textual*: introdução. 3.ed. São Paulo, Cortez, 1994, p.12.

¹⁶ BRONCKART, Jean-Paul. *Op. cit.*, p.14.

O hipertexto

Antes de encerrar, no entanto, não poderia deixar de ser mencionada a revolução provocada pelos avanços tecnológicos da era da informática e os novos rumos que os estudos nessa área tendem a tomar, em que conceitos como *interface* e *hipertexto* tendem a ganhar relevância fundamental para o modo como o homem expressa e armazena seus conhecimentos por meio da linguagem. Grande estudioso dessa transformação que vem criando na contemporaneidade o que se convencionou chamar de *cibercultura* é Pierre Lévy¹⁷, a quem se dá voz a seguir:

Tecnicamente, um hipertexto é um conjunto de nós ligados por conexões. Os nós podem ser palavras, páginas, imagens, gráficos ou partes de gráficos, sequências sonoras, documentos complexos que podem ser eles mesmos hipertextos. Os itens de informação não são ligados linearmente, como em uma corda com nós, mas cada um deles, ou a maioria, estende suas conexões em estrela, de modo reticular. Navegar em um hipertexto significa portanto desenhar um percurso em uma rede que pode ser tão complicada quanto possível. Porque cada nó pode, por sua vez, conter uma rede inteira.

Entender os desafios da linguagem hoje, isto é, dos processos de construção do significado na era da cibercultura, não é tarefa para uma única área do saber, para uma única ciência, para uma única teoria. A supremacia que a linguagem escrita isoladamente conquistou, durante certa época, nos processos de armazenamento e transmissão dos conhecimentos vê-se neste novo milênio ameaçada pela multiplicidade de possibilidades significantes. Acredita-se que apenas por meio de um sistema intersemiótico será possível compreender o modo de funcionamento da capacidade de comunicação humana, ampliada pelos recursos tecnológicos que a cada dia são colocados à disposição das pessoas. Há quem diga que, no futuro, não haverá metalinguagem para explicar os modos de construção de significado, mas essa é apenas uma visão estreita de quem ainda não compreendeu que, como diz Lucia Santaella¹⁸, “para conhecer e se conhecer o homem se faz signo e só interpreta esses signos traduzindo-os em outros signos”. O trânsito entre teorias é cada vez mais defendido e necessário para que o homem possa continuar conhecendo a si próprio.

¹⁷ *As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993, p.33.

¹⁸ *O que é semiótica*. São Paulo: Brasiliense, 2005, pp.51-2.

Referências bibliográficas

- AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. São Paulo: UNICAMP, 1992.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral*. São Paulo: Ed. Nacional / EDUSP, 1976.
- BRONCKART, Jean-Paul. *Atividade de linguagem, texto e discursos: por um interacionismo sócio-dicursivo*. São Paulo, EDUC, 1999.
- História da linguagem*. Lisboa: Edições 70, 1969.
- FÁVERO, Leonor Lopes e KOCH, Ingedore G. Villaça. *Linguística textual: introdução*. 3.ed. São Paulo, Cortez, 1994.
- LÉVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.
- LOPES, Edward. *Fundamentos da linguística contemporânea*. 14.ed., São Paulo: Cultrix, 1995.
- ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 4.ed., Campinas: Pontes, 2002.
- SANTAELLA, Lucia. *O que é semiótica*. São Paulo: Brasiliense, 2005, pp.51-2.
- SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de linguística geral*. 9.ed. São Paulo: Cultrix, s/d.

Sérsi Bardari é jornalista, professor, autor de literatura infantil e juvenil, mestre em Filologia e Língua Portuguesa, doutor em Estudos Comparados de Literatura de Língua Portuguesa, pela FFLCH-USP.